

Comunicado

Em conformidade com a Lei Complementar 846, de 04-6-1998

Balço Patrimonial - Hospital Transplantes do Estado de São Paulo - SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini

CNPJ nº 61.699.567/0024-89

Nota da Administração

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, estamos publicando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: **SPDM – Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini**. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30 de Abril de 2018. São Paulo, 28 de Fevereiro de 2018.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM

Demonstrações Contábeis - Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
Ativo	2017	2016
Ativo Circulante	198.336.114,15	196.770.950,26
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 3.1)	781.317,56	5.679.665,34
Bancos conta movimento	11.169,36	17.211,38
Aplicações Financeiras (nota 3.2)	770.148,20	5.662.453,96
Contas a Receber (nota 3.3)	188.487.084,62	179.703.580,95
Valor a Receber - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (nota 3.3.1)	156.874.422,72	151.987.200,00
Valor Estimativa a Receber- Rescisão de Contratual (nota 3.3.2)	19.094.729,61	15.198.448,66
Valores em Negociação - Contrato/Convênio (nota 3.3.3)	12.517.932,29	12.517.932,29
Outros Créditos	983.387,01	653.958,07
Adiantamentos a fornecedores (nota 3.4.1)	220.538,61	60.938,24
Antecipações salariais	12.379,53	8.580,03
Antecipação de férias (nota 3.4.2)	583.379,42	490.023,03
Outros créditos e adiantamentos	25.532,23	482,25
Depósito judicial (nota 3.4.3)	74.897,11	39.795,00
Adiantamento 13º Salário (nota 3.4.4)	1.263,29	-
Valores a recuperar (nota 3.4.5)	54.139,52	54.139,52
Adiantamento SPDM	11.257,30	-
Despesas Pagas Antecipadamente (nota 3.6)	33.087,72	29.018,06
Prêmios de seguros e outros a vencer	33.087,72	29.018,06
Outros Materiais Transitáveis	-	3.702.874,50
Importação em Andamento	-	3.702.874,50
Estoques (nota 3.5)	8.051.237,24	7.001.853,34
Materiais utilizados no setor de nutrição	44.450,36	73.542,61
Materiais utilizados no setor de farmácia	1.277.641,37	1.530.831,95
Materiais de almoxarifado	2.988.088,24	2.702.132,10
Empréstimos de materiais a terceiros (nota 3.5.1)	188.945,32	168.215,73
Operações com Materiais de Terceiros (nota 3.5.2)	3.552.111,95	2.527.130,95
Ativo Não Circulante	149.085.835,76	285.086.157,51
Ativo Realizável a Longo Prazo	136.129.992,00	272.259.984,00
Valores a receber (nota 3.7)	136.129.992,00	272.259.984,00
Ativo Imobilizado - Bens Próprios (nota 3.8)	2.261.225,27	-
Imobilizado Próprio em Operação	2.261.225,27	-
Depreciações	(169.591,23)	-
Depreciação Imobilizado Próprio	(169.591,23)	-
Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros (nota 3.8)	10.739.958,46	12.621.441,17
Imobilizado - Bens de Terceiros	31.697.582,39	30.663.347,73
Ajuste Vida Útil Econômica Bens Terceiros (nota 3.8.1)	(20.957.623,93)	(18.041.906,56)
Ativo Intangível (nota 3.8)	124.251,26	204.732,34
Intangível de Terceiros	903.545,58	827.040,00
Ajuste Vida Útil Econômico Intangível Terceiro	(779.294,32)	(622.307,66)
Total do Ativo	347.421.949,91	481.857.107,77
Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
Fluxos de caixa das atividades operacionais	Dez/17	Dez/16
Resultados do exercício/ período	-	-
Ajustes p/ conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	-	-
Depreciação e amortização	169.591,23	-
Variações nos ativos e passivos (Aumento) Redução	-	-
em contas a receber	127.012.989,73	127.895.023,11
(Aumento) Redução em estoques	4.628.216,89	(3.030.066,54)
Aumento (Redução) em fornecedores	3.553.227,75	1.035.304,22
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	(136.976.167,11)	(122.170.903,41)
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	(1.961.963,79)	1.010.385,26
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais (3.574.105,30)	4.739.742,64	-
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	-	-
(-) Compras de imobilizado	(2.261.225,27)	-
(-) Adição de Bens de Terceiros	936.982,79	(1.319.198,08)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos (1.324.242,48)	(1.319.198,08)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-	-
Empréstimos tomados	-	-
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	-	-
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	(4.898.347,78)	3.420.544,56
No início do período	5.679.665,34	2.259.120,78
No final do período	781.317,56	5.679.665,34
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2017 e 2016		
Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras: A Entidade, SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs. 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. Características da Unidade Gerenciada: O Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini, adiante denominado (HTEJZ) é referência para as especialidades de Hematologia (Transplante de Medula Óssea), Nefrologia (Transplante Renal), Hepatologia (Transplante Hepático), Oftalmologia de Alta Complexidade (Transplante de Córnea) e especialidades como Neurologia (Epilepsia e Mal de Parkinson, Tumores de Hipófise) e Urologia (Centro de Referência do Homem). A SPDM firmou contrato de gestão n. 001.0500.000061/2014 com a SES, publicado em Diário Oficial no dia 31/12/2014 pelo prazo de 05 (cinco) anos com vigência até 31.12.2019. O objetivo do contrato é a operacionalização da Gestão e Execução das atividades de serviços de saúde a serem desenvolvidas no Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini. O valor global do contrato de gestão foi de R\$ 680.649.960,00 (Seiscentos e oitenta milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, novecentos e sessenta reais). Em 2017 os valores repassados através do contrato de gestão n.º 001.0500.000061/2014 totalizaram R\$ 151.726.282,08 (Cento e cinquenta e um milhões, setecentos e e vinte e seis mil, duzentos e oitenta e dois reais e oito centavos) para custeio e para investimento na reforma da cozinha foi recebido o total de R\$ 535.000,00 (quinhentos e trinta e cinco mil reais). 1 - Imunidade Tributária: A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. 2 - Apresentações das Demonstrações Contábeis: Na elaboração das demonstrações financeiras de 2017, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elaborou suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual		



Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

Receitas Operacionais Com Restrições	2017	2016
Receita Bruta de Serviços Prestados Com Restrições	187.561.011,78	169.713.833,12
Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (nota 4.1)	160.020.482,34	145.387.583,88
Isonção usufruída-INSS Patronal Serv. Próprios (nota 9.1)	21.486.006,39	18.827.059,99
Isonção usufruída-INSS Patronal Serv. Terceiros (nota 9.2)	1.230.348,06	1.117.280,55
Isonção usufruída - COFINS (nota 9.3)	4.800.614,47	4.361.627,52
Trabalho Voluntário Estatutário (nota 9.4)	8.706,45	7.660,22
Outros Trabalhos Voluntários (nota 9.4)	14.854,07	12.620,96
Outras Receitas com Restrições	975.649,49	2.636.028,26
Financeiras	517.919,85	1.047.795,91
Doações recebidas (nota 4.3)	24.450,39	1.318.939,37
Despesas anuladas do exercício anterior (nota 4.4)	33.469,07	252.741,12
Outras receitas	399.810,18	16.551,86
(-) Receita Líquida com Restrições Custos e Despesas (nota 4.2)	188.536.661,27	172.349.861,38
(-) Custos dos Serviços Prestados Com Restrições	(150.525.502,00)	(132.393.564,27)
Serviços - Pessoal Próprio	(76.292.319,56)	(67.171.803,84)
Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	(4.157.775,49)	(4.726.239,07)
Serviços - Terceiros Pessoa Física	(6.151.740,30)	(5.586.402,73)
Mercadorias	(43.982.015,27)	(39.950.752,30)
Isonção usufruída-INSS Patronal Serv. próprios	(18.711.303,32)	(13.841.085,78)
Isonção usufruída-INSS Patronal Serv. terceiros	(1.230.348,06)	(1.117.280,55)
(-) Despesas Operacionais Com Restrições	(37.062.574,31)	(39.269.902,94)
Serviços - Pessoal Próprio	(12.146.864,80)	(11.683.072,87)
Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	(12.646.186,50)	(11.773.195,68)
Mercadorias	(2.504.266,18)	(1.608.704,36)
Tributos	(529.334,06)	(707.394,00)
Despesas Financeiras	(243.180,20)	(223.492,43)
Despesas - Bens Permanentes de Terceiros (nota 4.5)	(1.064.307,51)	(3.906.160,69)
Depreciações e Amortizações	(169.591,23)	-
Outras Despesas	(159.965,77)	-
Trabalho Voluntário Estatutário	(8.706,45)	(7.660,22)
Outros Trabalhos Voluntários	(14.854,07)	(12.620,96)
Isonção usufruída-INSS Patronal Serv. próprios	(2.774.703,07)	(4.985.974,21)
Isonção usufruída - COFINS	(4.800.614,47)	(4.361.627,52)
(-) Outras Despesas Operacionais	(948.584,96)	(686.394,17)
Outras Despesas Financeiras	(948.584,96)	(686.394,17)
Total dos Custos E Despesas	(188.536.661,27)	(172.349.861,38)
Apuração do Resultado do Período (ARE)	-	-
(=) Superávit/Déficit Com Restrições (nota 3.22)	-	-

Instituição Financeira	Tipo de Aplicação*	Taxa %	31/12/2017
Banco do Brasil	BB CDB DI SWAP	87,00 A 94,00	537.749,40
Banco do Brasil	BB CDB DI	87,00 A 94,00	232.398,80
Total			770.148,20

* a instituição mantém esforços para operar com as melhores taxas disponíveis na instituição financeira. **3.3-Contas a receber:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme a resolução 1.305/10 (que aprova a NBC TG 07) e conforme resolução 1.409/12 (que aprovou a ITG 2002) a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não haja desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **3.3.1 -Valores a Receber:** Os valores registrados nesta conta em 31.12.2017 representam valores a receber de curto prazo, relativos ao contrato de gestão nº 001.0500.000061/2014 proveniente da Secretaria De Saúde do Estado de São Paulo, e totalizaram o montante de R\$ 156.874.422,72 (Cento e cinquenta e seis milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e dois reais e setenta e dois centavos). **3.3.2- Estimativas de Rescisão Contratual:** A entidade passou a adotar em sua plenitude a Resolução CFC 1.305/10, reafirmado no item 26 da Resolução 1.409/12, que trata de contas de compensação. A unidade gerenciada constituiu possível estimativa de rescisão contratual entre a SPDM e SES. Dessa forma, a estimativa leva em consideração os valores estimados para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2017, para fins de recolhimento de FGTS (50% MULTA) e aviso prévio indenizado, conforme quadro abaixo:

Estimativa Rescisão Contratual	Saldo Final em 31.12.2017
Aviso Prévio indenizado	R\$ 6.762.451,33
Multa FGTS Rescisória (50%)	R\$ 12.332.278,28
Total	R\$ 19.094.729,61

3.3.3 Valores em Negociação - Contrato/Convênio: Representam outros valores a receber relacionados à atividade operacional da instituição, correspondente a valores resultantes do resultado deficitário da unidade gerenciada, oriundos de contratos de gestão ou convênios gerenciados pela Entidade. Por conta do modelo de gestão das organizações sociais de saúde, a instituição se valeu da Resolução CFC Nº 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 17 e 27(d), para registrar valores que serão restituídos ou compensados pelo órgão contratante até o final do contrato/convênio, a título de reequilíbrio econômico da instituição. A instituição não se limita apenas ao reconhecimento de valores a receber que representam o objeto principal da entidade, mas a outras transações que são normais e inerentes à sua atividade, utilizando-se da Prevalência da Essência sobre a Forma. **3.4- Outros Créditos:** São as contas a receber que não se enquadram nos grupos de contas anteriores, sendo contas a curto prazo normalmente não relacionadas com o objeto principal da instituição.**3.4.1-Adiantamentos a Fornecedores:** Os valores classificados como adiantamentos a fornecedores compreendem adiantamentos realizados a fornecedores de material e medicamentos pagos antecipadamente, estes serão devolvidos ou baixados com aquisições de insumos em período subsequente, o saldo registrado em 31/12/2017 representa R\$ 220.538,61. **3.4.2- Antecipação de Férias:** A instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação Trabalhista (CLT), em seus artigos: Art. 145 - O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido. No Art. 143 - serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período. **3.4.3 - Depósito Judicial:** Os valores mantidos em depósito judicial estão amparados por processos trabalhistas e totalizam em 31.12.2017 R\$ 74.897,11. **3.4.4 - Adiantamento de 13.º Salário:** O valor mantido em adiantamento refere-se a pagamento antecipado de 13.º Salário a colaboradora **Thais Lucas Maximo**, a qual até o dia 31/12/2017 o contrato de trabalho da colaboradora encontrava-se suspenso. **3.4.5 - Valores a Recuperar:** A Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico do Município de São Paulo exigiu pagamento de Taxas de Resíduos Sólidos de Saúde relativas aos 2.º e 4.º trimestres de 2011, as quais foram confessadas através de adesão ao PAT - Programa Administrativo de Débitos Tributários em 21/10/2015, parcelado em 60 vezes, destes foram realizados pagamentos que perfazem o montante de R\$ 54.139,52, porém, o HTEJZ entendendo a duplicidade da cobrança entrou com o processo administrativo n. 2016/0.018.012-0 junto a PMSF solicitando a exclusão do débito, o qual foi julgado favorável em 10/11/2016, portanto, o valor pago indevidamente esta no aguardo de ressarcimento através de processo administrativo. **3.5-Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção, materiais de terceiros e comodatos até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor escriturado em estoques no exercício de 2017 é de R\$ 8.051.237,24. continua >

continuação Tipo	Valores em Reais	
	31.12.2017	31.12.2016
Materiais utilizados no setor de Nutrição	44.450,36	73.542,61
Materiais utilizados no setor de Farmácia	1.277.641,37	1.530.831,95
Materiais de Almoxarifado	2.988.088,24	2.702.132,10
Materiais de Terceiros Consignados	3.552.111,95	2.527.130,95
Materiais de Terceiros Emergenciais	188.945,32	168.215,73
Total	8.051.237,24	7.001.853,34

3.5.1- Materiais em Consignação/Terceiros: O HTEJZ em parceria com fornecedores de órteses e próteses, mantem em seu estoque material em consignação para suprir demanda de cirurgias e procedimentos médicos, esses materiais representam R\$ 129.790,97. A SES (FURP) fornece para o HTEJZ medicamentos de maneira gratuita para o atendimento de pacientes da rede pública, esses medicamentos representaram R\$ 3.422.320,98. Ambos os itens totalizaram em 31.12.2017 o montante de R\$ 3.552.111,95, os quais o HTEJZ contabiliza em contas específicas de ativo e passivo. **3.5.2- Materiais de Terceiros:** O HTEJZ possui outros materiais terceiros para compor o atendimento emergencial da unidade no valor de R\$ 188.945,32, que integram o estoque da instituição. **3.6- Despesas Pagas Antecipadamente:** Representam valores referentes a prêmios de seguros de veículos e de imóveis. Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **3.7.- Valores a Receber (Ativo Não Circulante):** Os valores registrados nesta conta em 2017 representam valores a receber de longo prazo, relativos ao Contrato de Gestão n.º 001.0500.000061/2014, proveniente da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, e totalizaram R\$ 136.129.992,00. **3.8- Imobilizado:** O imobilizado do HTEJZ é composto por bens de terceiros os quais são classificados

Demonstrativo da Movimentação de Imobilizado - Bens de Terceiros em 2017

	Posição em 31/12/2016		Aquisição		Transferência Baixa		Posição em 31/12/2017	
Imobilizados-Bens de Terceiros - Bens Moveis	30.663.347,73	1.037.802,33	1.037.802,33	3.567,67	3.567,67	31.697.582,39		
Apar Equip Utens Med Odont Lab	24.094.122,32	625.508,56	625.508,56	1.200,00	1.200,00	24.718.430,88		
Equip Processamento De Dados	390.386,13	71.589,90	71.589,90	2.000,00	2.000,00	459.976,03		
Mobiliário em Geral	3.994.045,75	85.393,29	85.393,29	-	-	4.079.439,04		
Maq Utens e Equip Diversos	1.537.386,05	204.420,40	204.420,40	-	-	1.741.806,45		
Veiculos de Tração Mecânica	326.133,03	-	-	-	-	326.133,03		
Apar e Equip Comunicação	10.581,90	-	-	-	-	10.581,90		
Apar e Utens Domesticos	188.578,05	25.084,48	25.084,48	367,67	367,67	213.294,86		
Equip P/Audio Video E Foto	122.114,50	25.805,70	25.805,70	-	-	147.920,20		
Imobilizados-Bens De Terceiros - Intangível	827.040,00	76.505,58	76.505,58	-	-	903.545,58		
Software	827.040,00	76.505,58	76.505,58	-	-	903.545,58		

Ajuste Vida Util Economica Bens De Terceiros - Bens Moveis

	Posição em 31/12/2016	Transferência Baixa	Ajustes Vida Util	Posição em 31/12/2017	Taxas anuais médias	Ajustes %
Ajuste Vida Util Economica Bens De Terceiros - Bens Moveis	18.041.906,56	3.028,78	(2.918.746,15)	20.957.623,93		
Apar Equip Utens Med Odont Lab	13.835.378,43	1.022,65	(2.290.971,50)	16.125.327,28		10%
Equip Processamento De Dados	236.117,43	2.000,00	(50.019,02)	284.136,45		10%
Mobiliário Em Geral	2.722.665,32	-	(376.654,63)	3.099.319,95		10%
Maquinas Utens e Equip Diversos	768.018,68	-	(166.594,59)	934.613,27		10%
Veiculos De Tração Mecânica	326.133,03	-	-	326.133,03		20%
Aparelhos De Equip Comunicação	6.504,78	-	(887,06)	7.391,84		10%
Aparelhos E Utensilios Domesticos	81.289,88	6,13	(19.324,53)	100.608,28		10%
Equip P/Audio Video E Foto	65.799,01	-	(14.294,82)	80.093,83		10%
Ajuste Vida Util Economica Bens de Terceiros - Intangível	622.307,66	-	(156.986,66)	779.294,32		
Software	622.307,66	-	(156.986,66)	779.294,32		20%

O valor das aquisições adquiridos com os recursos do contrato de gestão no ano de 2017 de bens moveis e intangíveis totalizaram R\$ 1.114.307,51, dos quais solicitamos a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo o Termo de Permissão de Uso dos Bens Móveis, equipamentos médico-hospitalares, software e equipamentos de informática, com exclusiva finalidade de sua utilização na realização de atividades e serviços de saúde. **3.8.1 Ajuste de Vida Util:** A instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.8 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado. **3.9 - Fornecedores:** As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. **3.10 - Serviços de Terceiros:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços médicos e não-médicos, tais como: serviços prestados de utilidade pública, assessoria técnica e jurídica, portaria, segurança e limpeza. **3.11 - Salários a Pagar:** De acordo com o Art. 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.12 - Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS e PIS. **3.13 - Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **3.14 - Impostos a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF sobre serviços pessoal próprio em regime CLT e ISS sobre os serviços prestados de pessoas físicas autônomas. **3.15 - Obrigações Tributárias:** A obrigação tributária de acordo com o §1º do art. 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS e PIS/COFINS/CSLL, TRSS, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada, o montante a pagar, em 2017 R\$ 250.380,86, e em 2016 representam R\$ 423.456,10. **3.16 - Empréstimos Funcionários:** A Lei 10.820, de 17.12.2003, beneficiou os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), permitindo o desconto das parcelas relativas a empréstimos, financiamentos e operações de leasing na folha de pagamento desses empregados. A instituição oferece aos seus funcionários o crédito consignado com o Banco Bradesco e Banco do Brasil, com desconto em folha. O saldo a pagar contabilizado em 2017 R\$ 44.910,69, e em 2016 representa R\$ 78.522,53. **3.17 - Outras contas a pagar:** Os valores evidenciados em outras contas a pagar referem-se a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição, ou ainda, aqueles valores

de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão, para o qual o HTEJZ solicitou Termo de permissão de uso. Os bens próprios referem-se a ativo adquirido através de processo de importação de equipamento pela própria SPDM para uso exclusivo em atendimento hospitalar no que se refere ao desenvolvimento do projeto de pesquisa assistencial no tratamento dos pacientes portadores de câncer de próstata, o qual proporciona diminuir as complicações cirúrgicas e otimizar os recursos, e foi contabilizado pelo custo de aquisição, sendo a sua depreciação calculada pelo método linear. Desta forma os ativos estão distribuídos da seguinte forma:

Demonstrativo da Movimentação de Imobilizado Bens Próprios em 2017

	Posição em 31/12/2016		Aquisição		Transferência Baixa		Posição em 31/12/2017	
Imobilizado Bens Próprios em Operação	-	2.261.225,27	2.261.225,27	-	-	2.261.225,27		
Apar Equip Utens	-	2.261.225,27	2.261.225,27	-	-	2.261.225,27		
Med Odont Lab	-	2.261.225,27	2.261.225,27	-	-	2.261.225,27		
Depreciação Imobilizado Bens Próprios	-	(169.591,23)	(169.591,23)	169.591,23	169.591,23	169.591,23		
Apar Equip Utens	-	(169.591,23)	(169.591,23)	169.591,23	169.591,23	169.591,23		10%
Med Odont Lab	-	(169.591,23)	(169.591,23)	169.591,23	169.591,23	169.591,23		10%

Demonstrativo da Movimentação de Imobilizado - Bens de Terceiros em 2017

	Posição em 31/12/2016		Aquisição		Transferência Baixa		Posição em 31/12/2017	
Imobilizados-Bens de Terceiros - Bens Moveis	30.663.347,73	1.037.802,33	1.037.802,33	3.567,67	3.567,67	31.697.582,39		
Apar Equip Utens Med Odont Lab	24.094.122,32	625.508,56	625.508,56	1.200,00	1.200,00	24.718.430,88		
Equip Processamento De Dados	390.386,13	71.589,90	71.589,90	2.000,00	2.000,00	459.976,03		
Mobiliário em Geral	3.994.045,75	85.393,29	85.393,29	-	-	4.079.439,04		
Maq Utens e Equip Diversos	1.537.386,05	204.420,40	204.420,40	-	-	1.741.806,45		
Veiculos de Tração Mecânica	326.133,03	-	-	-	-	326.133,03		
Apar e Equip Comunicação	10.581,90	-	-	-	-	10.581,90		
Apar e Utens Domesticos	188.578,05	25.084,48	25.084,48	367,67	367,67	213.294,86		
Equip P/Audio Video E Foto	122.114,50	25.805,70	25.805,70	-	-	147.920,20		
Imobilizados-Bens De Terceiros - Intangível	827.040,00	76.505,58	76.505,58	-	-	903.545,58		
Software	827.040,00	76.505,58	76.505,58	-	-	903.545,58		

de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão, para o qual o HTEJZ solicitou Termo de permissão de uso. Os bens próprios referem-se a ativo adquirido através de processo de importação de equipamento pela própria SPDM para uso exclusivo em atendimento hospitalar no que se refere ao desenvolvimento do projeto de pesquisa assistencial no tratamento dos pacientes portadores de câncer de próstata, o qual proporciona diminuir as complicações cirúrgicas e otimizar os recursos, e foi contabilizado pelo custo de aquisição, sendo a sua depreciação calculada pelo método linear. Desta forma os ativos estão distribuídos da seguinte forma:

Demonstrativo da Movimentação de Imobilizado Bens Próprios em 2017

	Posição em 31/12/2016		Aquisição		Transferência Baixa		Posição em 31/12/2017	
Imobilizado Bens Próprios em Operação	-	2.261.225,27	2.261.225,27	-	-	2.261.225,27		
Apar Equip Utens	-	2.261.225,27	2.261.225,27	-	-	2.261.225,27		
Med Odont Lab	-	2.261.225,27	2.261.225,27	-	-	2.261.225,27		
Depreciação Imobilizado Bens Próprios	-	(169.591,23)	(169.591,23)	169.591,23	169.591,23	169.591,23		
Apar Equip Utens	-	(169.591,23)	(169.591,23)	169.591,23	169.591,23	169.591,23		10%
Med Odont Lab	-	(169.591,23)	(169.591,23)	169.591,23	169.591,23	169.591,23		10%

de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão, para o qual o HTEJZ solicitou Termo de permissão de uso. Os bens próprios referem-se a ativo adquirido através de processo de importação de equipamento pela própria SPDM para uso exclusivo em atendimento hospitalar no que se refere ao desenvolvimento do projeto de pesquisa assistencial no tratamento dos pacientes portadores de câncer de próstata, o qual proporciona diminuir as complicações cirúrgicas e otimizar os recursos, e foi contabilizado pelo custo de aquisição, sendo a sua depreciação calculada pelo método linear. Desta forma os ativos estão distribuídos da seguinte forma:

Demonstrativo da Movimentação de Imobilizado Bens Próprios em 2017

	Posição em 31/12/2016		Aquisição		Transferência Baixa		Posição em 31/12/2017	
Imobilizado Bens Próprios em Operação	-	2.261.225,27	2.261.225,27	-	-	2.261.225,27		
Apar Equip Utens	-	2.261.225,27	2.261.225,27	-	-	2.261.225,27		
Med Odont Lab	-	2.261.225,27	2.261.225,27	-	-	2.261.225,27		
Depreciação Imobilizado Bens Próprios	-	(169.591,23)	(169.591,23)	169.591,23	169.591,23	169.591,23		
Apar Equip Utens	-	(169.591,23)	(169.591,23)	169.591,23	169.591,23	169.591,23		10%
Med Odont Lab	-	(169.591,23)	(169.591,23)	169.591,23	169.591,23	169.591,23		10%

de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão, para o qual o HTEJZ solicitou Termo de permissão de uso. Os bens próprios referem-se a ativo adquirido através de processo de importação de equipamento pela própria SPDM para uso exclusivo em atendimento hospitalar no que se refere ao desenvolvimento do projeto de pesquisa assistencial no tratamento dos pacientes portadores de câncer de próstata, o qual proporciona diminuir as complicações cirúrgicas e otimizar os recursos, e foi contabilizado pelo custo de aquisição, sendo a sua depreciação calculada pelo método linear. Desta forma os ativos estão distribuídos da seguinte forma:

Demonstrativo da Movimentação de Imobilizado Bens Próprios em 2017

	Posição em 31/12/2016		Aquisição		Transferência Baixa		Posição em 31/12/2017	
Imobilizado Bens Próprios em Operação	-	2.261.225,27	2.261.225,27	-	-	2.261.225,27		
Apar Equip Utens	-	2.261.225,27	2.261.225,27	-	-	2.261.225,27		
Med Odont Lab	-	2.261.225,27	2.261.225,27	-	-	2.261.225,27		
Depreciação Imobilizado Bens Próprios	-	(169.591,23)	(169.591,23)	169.591,23	169.591,23	169.591,23		
Apar Equip Utens	-	(169.591,23)	(169.591,23)	169.591,23	169.591,23	169.591,23		10%
Med Odont Lab	-	(169.591,23)	(169.591,23)	169.591,23	169.591,23	169.591,23		10%

de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão, para o qual o HTEJZ solicitou Termo de permissão de uso. Os bens próprios referem-se a ativo adquirido através de processo de importação de equipamento pela própria SPDM para uso exclusivo em atendimento hospitalar no que se refere ao desenvolvimento do projeto de pesquisa assistencial no tratamento dos pacientes portadores de câncer de próstata, o qual proporciona diminuir as complicações cirúrgicas e otimizar os recursos, e foi contabilizado pelo custo de aquisição, sendo a sua depreciação calculada pelo método linear. Desta forma os ativos estão distribuídos da seguinte forma:

Demonstrativo da Movimentação de Imobilizado Bens Próprios em 2017

	Posição em 31/12/2016		Aquisição		Transferência Baixa		Posição em 31/12/2017	
Imobilizado Bens Próprios em Operação	-	2.261.225,27	2.261.225,27	-	-	2.261.225,27		
Apar Equip Utens	-	2.261.225,27	2.261.225,27	-	-	2.261.225,27		
Med Odont Lab	-	2.261.225,27	2.261.225,27	-	-	2.261.225,27		
Depreciação Imobilizado Bens Próprios	-	(169.591,23)	(169.591,23)	169.591,23	169.591,23	169.591,23		
Apar Equip Utens	-	(169.591,23)	(169.591,23)	169.591,23	169.591,23	169.591,23		10%
Med Odont Lab	-	(169.591,23)	(169.591,23)	169.591,23	169.591,23	169.591,23		10%

Demonstrativo da Movimentação de Imobilizado - Bens de Terceiros em 2017

	Posição em 31/12/2016		Aquisição		Transferência Baixa		Posição em 31/12/2017	
Imobilizados-Bens de Terceiros - Bens Moveis	30.663.347,73	1.037.802,33	1.037.802,33					

continuação 8 - Relatório de Execução do Contrato de Gestão

Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Internações	-	3.240	-	3.249	-	6.489
Saída Hospitalar - Total	3.090	3.225	3.090	3.289	6.180	6.514
Saída Hospitalar - (Exceto Cl. Cirúrgica)	1.290	1.235	1.290	1.270	2.580	2.505
Saída Hospitalar - Cl. Cirúrgica	1.800	1.990	1.800	2.019	3.600	4.009
HD/CIR. AMBULATORIAL - TOTAL	810	1.092	810	1.069	1.620	2.161
Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)	4.800	5.277	4.800	5.262	9.600	10.539
Consulta de urgência	4.800	5.277	4.800	5.262	9.600	10.539
Atendimento Ambulatorial - Total	60.840	68.855	60.840	70.357	121.680	139.212
Consulta médica - TOTAL	54.480	56.452	54.480	57.282	108.960	113.734
Atendimento não médico - TOTAL	6.360	12.403	6.360	13.075	12.720	25.478
SADT Externo - Total	1.206	1.454	1.206	1.630	2.412	3.084
Tratamento Especializado	6.300	11.869	6.300	11.784	12.600	24.469
Quimioterapia	3.000	4.765	3.000	4.377	6.000	9.142
Nefro-dialítico	1.620	5.202	1.620	5.044	3.240	10.246
Litotripsia	1.680	1.902	1.680	2.363	3.360	4.265
Transplantes - Total	-	63	-	73	-	136
Transplante córneia	-	15	-	30	-	45
Transplante hepático	-	13	-	14	-	27
Transplante medula óssea	-	31	-	27	-	58
Transplante renal	-	4	-	2	-	6
Transplante Pâncreas	-	-	-	-	-	-

9 - Contribuições Sociais: Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 834 de 26/04/2016 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE conforme processo nº 25000.003623/2018-01MS fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício se encontram registrados em contas específicas de receitas e totalizam em 2017: R\$ 27.516.968,92. Em 02 de Setembro de 2015, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 faz referência que os tributos objeto de renúncia fiscal não precisam ser registrados como se fossem devidos, bastando relacioná-los nas notas explicativas. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834/16 de 26/04/2016, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "C"). Para cumprir o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. 9.1-Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados.: Conforme descrito no item 9 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2017, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica de receitas sendo que no exercício de 2017 atingiu um montante de R\$ 1.230.348,06. Em 2016, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 18.827.059,99. 9.2-Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros.: A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas sendo que no exercício de 2017 atingiu um montante de R\$ 1.230.348,06. Em 2016 o referido valor de receita totalizou R\$ 1.117.280,55. 9.3-Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício de 2017 foi de R\$ 4.800.614,47. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2016, esse montante foi de R\$ 4.361.627,52. 9.4-Trabalho Voluntário.: Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outros tipos de voluntariado. Em 2017, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 8.706,45 e os outros trabalhos voluntários totalizaram R\$ 14.854,07. Em 2016 o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 7.660,22, enquanto os outros trabalhos voluntários totalizaram R\$ 12.620,96. **10- Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC nº 1.151/09 NBC TG 12):** Em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão composto os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) pois os demais não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: § Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; § As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e § Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **11 - Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. **12-Exercício Social:** Conforme estabelece o art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31 de Dezembro de 2.017.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M. • **Dr. Otavio Monteiro Becker Junior** - Diretor Técnico • **Mona Irene da Rocha Gomes** - Contadora - CRC 1MA 006470/O-5 T-SP

Relatório dos Auditores Independentes

Opinião: Examinamos as Demonstrações Contábeis da **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital de Transplante Dr. Eurycles de Jesus Zerbini** que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 29 de março de 2018. **Audisa Auditores Associados** - CRC/SP 024298/O-3. **Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior** - Contador - CRC/RS 058.252/O-1 - CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04. **Alexandre Chiaratti do Nascimento** - Contador - CRC/SP 187.003/O-0 - CNAI - SP - 1620.

auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 29 de março de 2018. **Audisa Auditores Associados** - CRC/SP 024298/O-3. **Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior** - Contador - CRC/RS 058.252/O-1 - CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04. **Alexandre Chiaratti do Nascimento** - Contador - CRC/SP 187.003/O-0 - CNAI - SP - 1620.

DO.online acesso gratuito

As publicações dos atos oficiais desde 1891

- Pesquise gratuitamente no **portal da IMESP**
- Baixe o app **do|sp** para tablets e smartphones



Prêmio Mario Covas 2008
DO.online - A transparência dos atos do Governo disponível ao cidadão.

www.imprensaoficial.com.br
Google Play <https://goo.gl/zaFqGs>
App Store (Apple) <https://goo.gl/iCPWvR>



imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO